

Índice de Democracia: espírito democrático em números

Consuelo Maria Braga Pierre Branco ()*

Considerações preliminares

Não há um consenso quanto a um método de mensurar nível algum de democracia. Fora o ponto de vista acadêmico, em que se traçam distintas correntes político-filosóficas ou históricas sobre a definição do seu conceito, existe também uma divergência encarada pelos múltiplos governos a respeito de quais elementos constituem-na com exatidão. No nosso último artigo, discutimos um pouco acerca dos pressupostos indispensáveis ao se pensar naquilo que se denomina de regime político democrático.

Ao falar em democracia, apesar de suas diversas formas, enfim, é certamente impossível deixar de falar em palavras como direitos, eleições, liberdade e cidadania.

O que é?

Criado em 2006 pela The Economist Intelligence Unit, grupo fundado em 1946 por consultores e analistas políticos, economistas e especialistas, com foco em produzir pesquisas e dados de alta qualidade e precisão, entre outras atividades em que lidera a previsão de riscos, oportunidades e tendências diante da globalização; o Democracy Index, publicado anualmente, consiste em examinar o estado das democracias do globo, realizando a cobertura de 165 estados independentes e 2 territórios.

O índice varia na escala de zero a dez, sendo embasado em um total de 60 indicadores, estes agrupados em 5 grandes categorias: "processo eleitoral e pluralismo", "liberdades civis", "funcionamento governamental", "participação política" e "cultura política". Cada uma das categorias recebe, então, uma pontuação própria de 0 a 10, de modo que o índice-geral final é o resultado da média simples das cinco categorias.

Dessa maneira, os países analisados são classificados, de acordo com a sua nota, em quatro tipos possíveis, quais sejam: a) "democracias plenas" > 8; b) "democracias com falhas" = 8 e > 6; c) "regimes híbridos" = 6 e > 4; d) regimes autoritários = 4.

Além disso, o Democracy Index não se limita ao aspecto taxativo, trazendo também comentários da equipe editorial que versam sobre as situações geopolíticas globais e nacionais de destaque que as democracias mundiais atravessam.

Mais detalhes de sua metodologia constam no apêndice do relatório.

Quais foram suas considerações gerais em 2021?

Os países escandinavos lograram novamente os índices mais altos de democracia em 2021, juntamente com a Nova Zelândia. Por outra via, apenas 6.4% dos países contemplados abrigam democracias plenas, um percentual um pouco menor se comparado ao ano anterior (8.4%), após dois países (Chile e Espanha) serem rebaixados ao patamar das democracias com falhas. A classificação de 13 países mudou no corrente ano, sendo 4 positivas, para melhor, em contraste com 9 negativas, caindo de um regime para outro inferior em qualidade democrática. Aliás, as pontuações de cada país decaíram em boa parte, de modo geral.

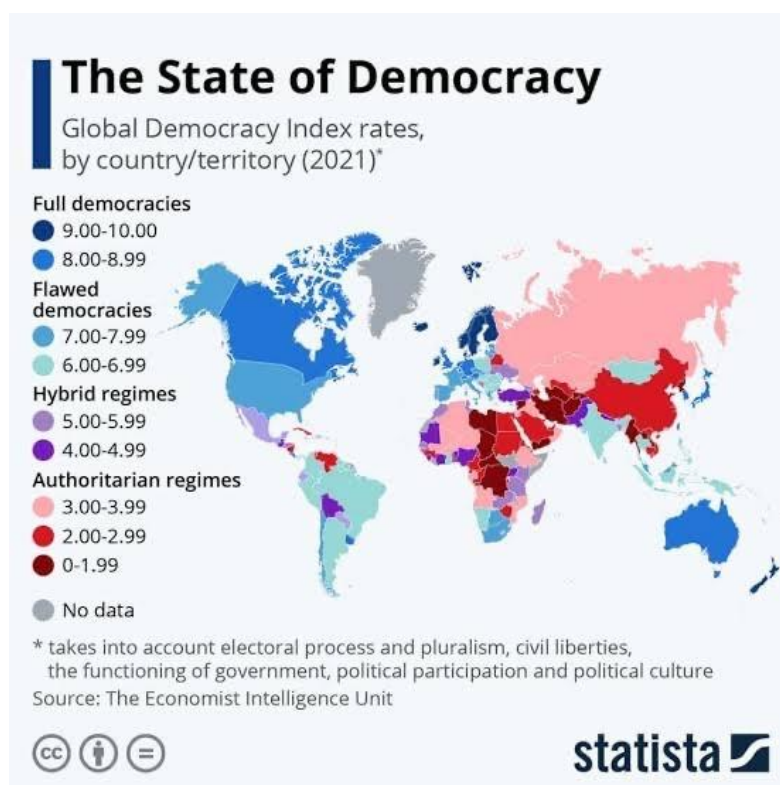
Devido a toda a tempestuosidade do ano de 2020 com a ascensão da pandemia de COVID-19, o imaginário popular clamava por segurança em 2021. Assim, os resultados do Democracy Index não poderiam ser diferentes do esperado impacto negativo, visto que o índice reflete o anseio popular na perspectiva global. Em situação de “guerra contra um vírus”, a normalização dos poderes estatais de emergência, quando somada à onda populista neoliberal de descredibilização das instituições públicas, a consequência lógica é a deterioração ou estagnação do índice na maioria dos países. As liberdades civis, evidentemente restritas por governos, sejam os de regime historicamente democrático ou autoritário, foram as principais motivadoras da derrocada democrática do ano de 2021, a maior já registrado pelo índice desde 2010.

A título de exemplo, 74 de um total de 167 países (44,3%) registraram um declínio em sua pontuação total em comparação com 2020, tendo ocorrido na América Latina uma das mais expressivas quedas, algo muito problemático para ser discutido. Na região latino-americana, observa-se uma crescente polarização da política, ademais.

Trouxe-se o emblemático exemplo das eleições presidenciais no Peru, em que o candidato de esquerda Pedro Castillo derrotou o direitista Keiko Fujimori por menos de 1% dos votos. Keiko rejeitou os resultados, alegando fraude eleitoral sem precedentes, o que ocasionou tumultos e tensões localmente por cerca de dois meses. A história se repete, certamente, e episódios como esse são cíclicos. A democracia intrapartidária também é outro aspecto a ser discutido. Ao longo do documento da The Economist, diversos esclarecimentos e interpretações são feitos a respeito de mais detalhes importantes do ano, incluindo em outras localidades no globo.

Por fim, a mencionada onda, ora responsável pelo descontentamento político decorrido de resultados puramente econômicos, fez com que, nos últimos 30 anos, as pessoas passassem a sentir que a democracia seria insuficiente para atender as

necessidades das pessoas comuns, pensamento este constatado por pesquisas da Pew Research Center. Neste trilhar, líderes populistas e elites ocidentais conduzem uma nova lógica de governo, baseado agora em um regime tecnocrata de gestão, que afasta, continuamente, a participação popular nos caminhos adotados pela política, separando o digno e o não apto para opinar sobre a vida pública.



Por que se escolheu “O desafio chinês” como temática de 2021?

O abrupto crescimento econômico chinês fez surgir o desafio que encontra presente nos debates ao redor do mundo: a corrente político-filosófica que sustenta o modelo capitalista democrático vai vencer o sistema político chinês que ressignifica princípios da democracia? Frente a isso, a edição do Democracy Index de 2021 trouxe como tema esta questão chinesa para rememorar a importância de princípios da boa

vivência popular, os quais, inexoravelmente, conduzem as liberdades individuais, os direitos políticos e as garantias sociais de igualdade, todos sob a ótica espiritual da comunidade, da justiça e da virtude.

De acordo com o entendimento dos elaboradores deste discutido índice, a China há de crescer economicamente de modo exponencial, não restando dúvidas sobre seu futuro status de maior potência mundial, entretanto, preza-se pela defesa do legado promovido pelo iluminismo ocidental. O ensaio não pretendeu, em momento algum, apontar contradições do modelo chinês, inclusive reconheceu que a gestão chinesa se preocupa com o bem-estar de seu povo, mas, acima de tudo, com os Estados Unidos e seus aliados do ocidente reservando energia para reafirmação de sistemas políticos aptos para contrapor o modelo da China, roga-se para que seja democratizado o espírito político em tona, sem qualquer tentativa de isolar, conter ou reprimir o Governo chinês. Afinal, trata-se de um índice de democracia.

O que diz sobre o Brasil?

Com o escore 6.86 total em 2021, o Brasil ocupa a 47^a. posição mundial neste ranking da democracia.

O processo eleitoral brasileiro é bem avaliado (9.85), pontuando, porém, em menor desempenho nas categorias de funcionamento do governo (5.36), participação política (6.11) e cultura política (5.63); e razoavelmente no quesito das "liberdades civis" (7.65), segundo o índice.

Assim, o país é considerado pertencente à faixa das “democracias com falhas”, as quais, de modo geral, tendem a possuir eleições livres e idôneas, e respeitam

liberdades civis básicas, mas exibem pontos fracos na governança e em desigualdade de participação social na política.

Na seção que reputa a ataques às instituições democráticas, o Relatório Democracy Index sinalizou circunstâncias antidemocráticas que vivia o Brasil em 2021, como os questionamentos feitos pelo presidente Jair Bolsonaro sobre a integridade do sistema de voto pelas urnas eletrônicas, a despeito da inexistência de evidências de fraude, diminuindo assim a confiança no sistema eleitoral.

Considerações Finais

Uma coisa é fato: o Democracy Index adota uma corrente política-filosófica sobre a Democracia e a própria consideração do crescimento econômico chinês como maléfico é prova disto. Ademais, o que seriam os defensores deste espírito se não reconhecesse todas as diferentes óticas de concebê-lo? O desafio chinês, ora tema do ano de 2021, pode ser resignificado em sua problematização para compreender que o desafio faz acender algo que estava fora de debate.

A onda neoliberal transcende o capital como apenas produto de comércio, pois ela adentra no psicológico das massas e muda o sistema de funcionamento do mundo em sua base. Sendo assim, ela desconsidera a importância do pensamento crítico, fazendo com que o indivíduo se confunda com uma máquina em certo momento e empresário de si quando for conveniente, todavia, são desafios como o presente que fazem plantar a semente do questionamento na mente, ação esta mais poderosa do que se imagina.

Salienta-se, em contrapartida, que democracia é um espírito inerente em todos, sendo imprescindível a participação popular com discussões fundamentadas sobre a política, mantendo-se vivo, nem que seja pelo auxílio das máquinas da comunicação e tecnologia, o homem político aristotélico, agora profundamente democrático na modernidade.

Logo, não somente é válida, mas completamente necessária a criação de canais e veículos de comunicação para canalizar os anseios, um dia desanimados, hoje demasiadamente democráticos, do povo. As aspirações populares levam, inevitavelmente, para uma melhor governança democrática, a qual será símbolo do renascimento deste espírito humano.

Fonte: [THE ECONOMIST INTELLIGENCE UNIT. Democracy Index 2021.](#)

(*) Acadêmica de Direito do Centro de Ciências Jurídicas da Universidade Federal de Pernambuco. E-mail: consuelo.maria@ufpe.br